

Educação em pauta nas redações

A cobertura jornalística da educação

2ª edição



associação de jornalistas de educação

Fundação **Santillana**





Educação em pauta nas redações

A cobertura jornalística de educação

2ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação em pauta nas redações : a cobertura
jornalística da educação / [organização]
Associação de Jornalistas de Educação. --
2. ed. -- São Paulo : Moderna, 2018.

Bibliografia

1. Educação – Brasil 2. Educação – Finalidades e
objetivos 3. Jornalismo 4. Jornalismo e educação.
5. Redação de textos jornalísticos I. Associação de
Jornalistas de Educação.

18 – 17923

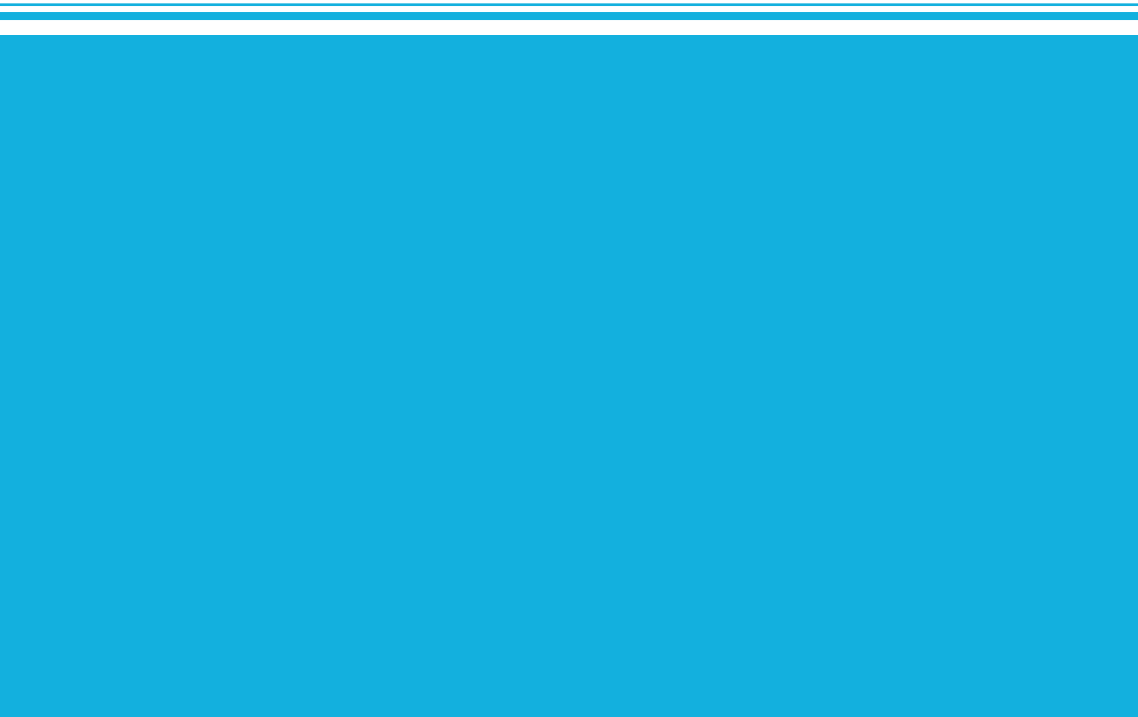
CDD 378.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Jornalismo : Educação 378.81

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB – 8/7964

| | |
|---|----|
| Apresentação | 05 |
| Capítulo 1 Tamanho do desafio | 09 |
| Capítulo 2 Acesso, qualidade e equidade | 15 |
| Capítulo 3 Trajetória e aprendizagem | 35 |
| Capítulo 4 Da escola para a universidade | 41 |
| Capítulo 5 Bases legais da educação | 51 |
| Capítulo 6 Dilemas da cobertura | 63 |



Apresentação

Mesmo a educação sendo uma área estratégica para o desenvolvimento do país, ainda não recebe na imprensa brasileira a mesma atenção que os assuntos de política, economia e esportes, por exemplo.

O jornalismo de educação – que, por muito tempo, se restringiu a matérias sem grande profundidade - ganhou força a partir dos anos 2000, principalmente por causa do crescimento no número de avaliações no país. A sociedade passou a dar mais atenção para a área e os governos, a investir mais. A educação então se tornou tema de cadernos, páginas fixas em grandes jornais e especiais em todas as mídias, muitas vezes acompanhando a criação de novos indicadores e legislações. Hoje, os grandes investimentos jornalísticos na área são menos frequentes. Mas, mesmo com a atual crise econômica e também da imprensa, com redução de profissionais nas redações, as matérias de educação mantêm o prestígio e o interesse do público.

A formação dos jornalistas que pretendem trabalhar na área, no entanto, não trilhou o mesmo caminho. Não há disciplinas de jornalismo de educação nas faculdades nem cursos, mesmo que esporádicos, financiados por veículos de imprensa.

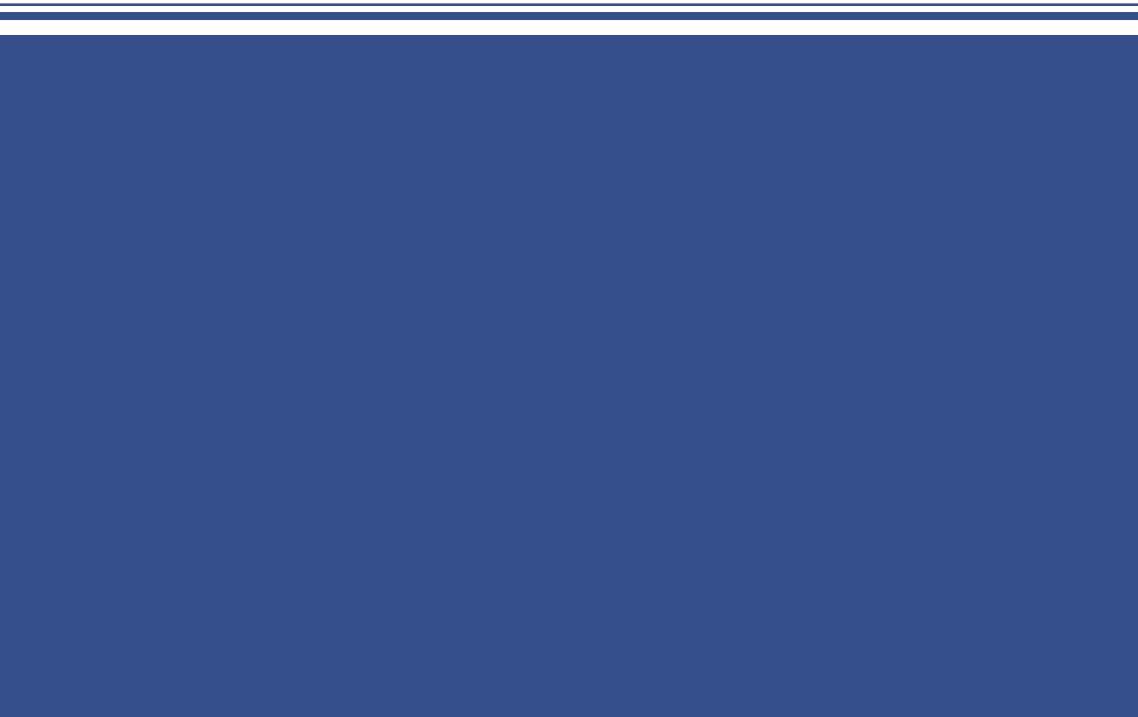
A Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca) foi criada em 2016 com a intenção de mitigar esses problemas e melhorar a cobertura do tema no país. A ideia

dos jornalistas fundadores era a de apoiar e ajudar a formar outros profissionais que trabalham com educação, de forma rotineira ou esporádica. A Jeduca é uma associação independente e plural. Entre seus principais projetos está a produção de todo tipo de material para informar e formar jornalistas, em qualquer meio de comunicação.

Por isso, este guia pretende trazer um painel dos principais desafios da educação brasileira, da educação infantil ao ensino superior, dos gabinetes dos gestores às salas de aula. E detalhar, de maneira didática, as atuais discussões da área, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio. Nele, você também vai encontrar dados numéricos que podem ser usados como referências para matérias de diversos assuntos. A intenção é fornecer informações, de forma clara e imparcial, para facilitar a produção jornalística.

A primeira edição, publicada em 2013, foi realizada pelo movimento Todos Pela Educação. A entidade, que também organiza encontros de formação para jornalistas em redações, gentilmente cedeu o texto inicial para esta nova edição feita pela Jeduca. Ambas as edições têm a parceria da Editora Moderna e da Fundação Santillana.

Boa leitura!
Equipe Jeduca



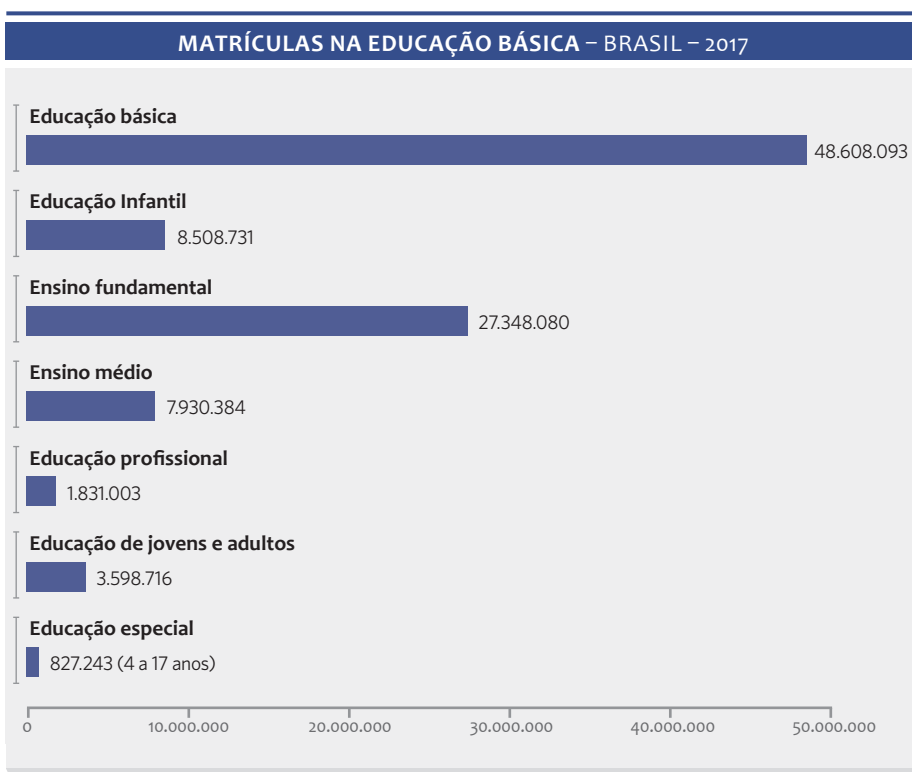


Tamanho do desafio

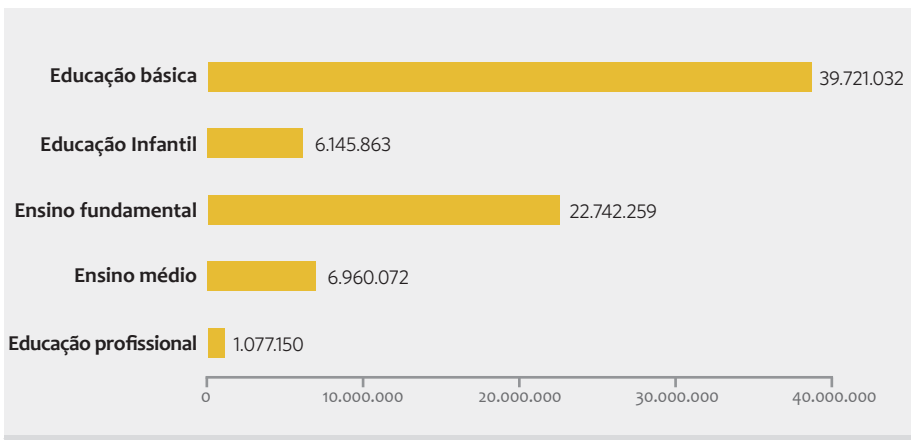
Os números já dão uma pista do tamanho do desafio. Em 2017, pouco mais de 48,6 milhões de crianças e jovens frequentavam o ensino básico do Brasil – quase o equivalente à população da Espanha. Discutir educação em um país de dimensões continentais, com profundas diferenças entre uma região e outra, não é tarefa fácil.

Esse contingente de alunos está espalhado por 184,1 mil estabelecimentos de ensino – 60,7 mil delas na zona rural. Algumas dessas escolas são acessíveis apenas por barco, como em pontos distantes da Amazônia.

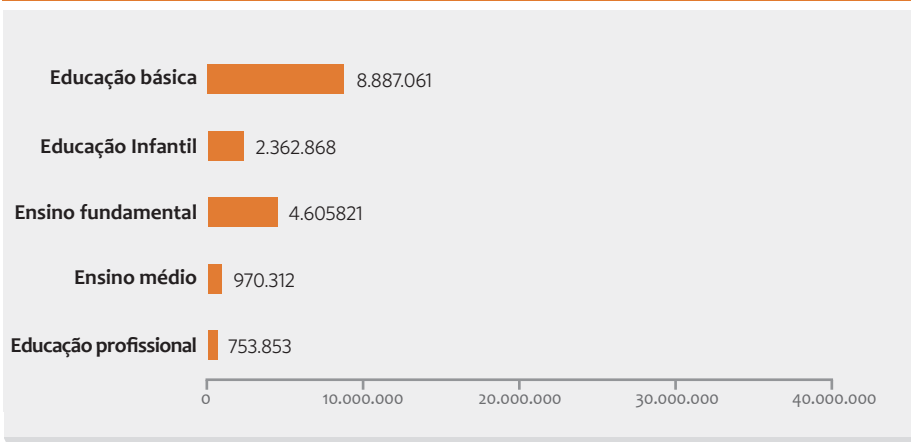
Do total de estudantes, 81,7% frequentam a rede pública e 18,3%, colégios particulares. Quando chegam ao ensino superior, o quadro praticamente se inverte. O sistema público é para uma minoria (24,7%) e o restante dos alunos (75,3%) está em instituições privadas.



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASIL – REDE PÚBLICA – 2017



MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASIL – REDE PRIVADA – 2017



Fontes: Censo Escolar/MEC

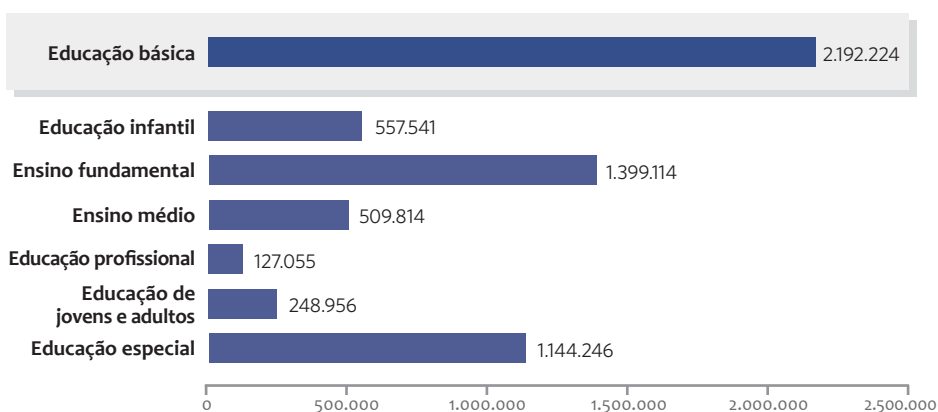
A educação básica compreende:

- **educação infantil** – primeira etapa da educação básica, oferecida em creche, de 0 a 3 anos, e pré-escola, de 4 e 5 anos;
- **ensino fundamental** – segunda etapa da educação básica, com duração de nove anos: 1º ao 9º ano, para a faixa etária de 6 a 14 anos. Os anos iniciais compreendem o 1º ao 5º ano (quando há, em geral, um professor para várias disciplinas), e os anos finais, do 6º ao 9º ano (com professores específicos para cada disciplina);
- **ensino médio** – etapa final da educação básica, com duração regular de três anos, ou quatro anos, quando concomitante ao ensino profissionalizante;
- **educação profissional e tecnológica** – oferecida em articulação com o ensino regular ou posteriormente, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. Pode ser de nível médio, técnico, de graduação ou de pós-graduação;
- **educação especial** – compreende o atendimento especializado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em unidades/turmas exclusivas para esses estudantes;
- **educação de jovens e adultos (EJA)** – modalidade para quem não teve acesso ou não deu continuidade aos estudos no ensino básico na idade considerada adequada.

E para dar conta de tantas salas de aula, a quantidade de profissionais da educação básica também impressiona. No total, são quase 2,2 milhões de professores, que trabalham com as mais diversas realidades.

Na educação, o Brasil precisa construir a agenda do século 21 enquanto ainda tenta superar problemas do século 19. No próximo capítulo, discutiremos quais têm sido as principais perguntas e respostas que envolvem esse universo tão complexo.

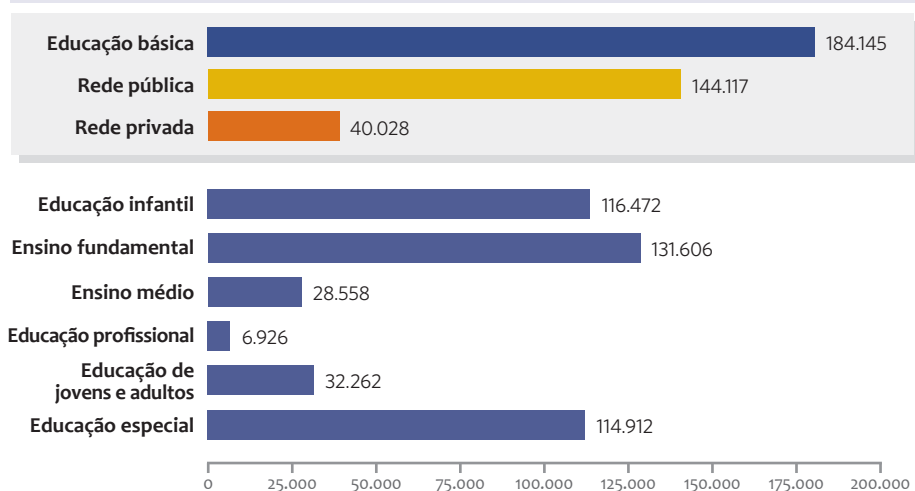
DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2017



Nota: Professores são contados uma única vez em cada etapa/modalidade de ensino e em cada unidade federativa (UF), mas podem atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de uma UF.

Fontes: Censo Escolar/MEC

ESTABELECIMENTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2017



Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade. Fonte: Censo Escolar 2017 – MEC.

Fontes: Censo Escolar/MEC





Acesso, qualidade e equidade

Inclusão

Os desafios são muitos, mas é possível agrupar as urgências no campo da educação básica em torno de três grandes eixos: acesso, qualidade e combate às desigualdades.

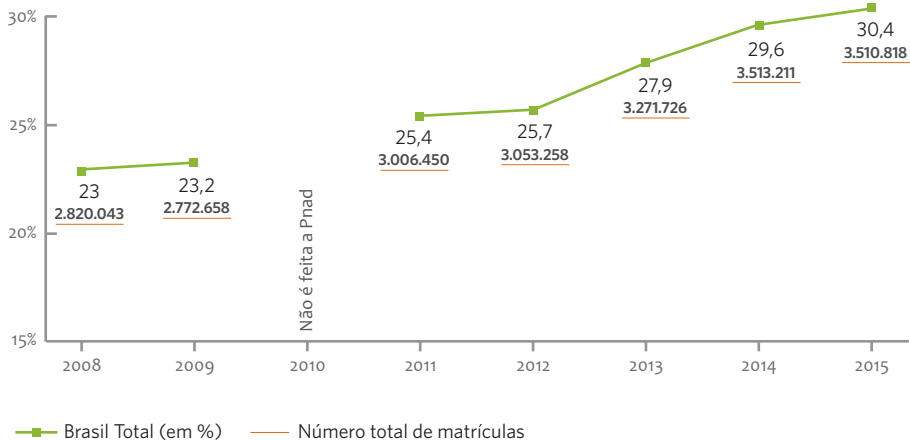
Por bastante tempo no país, a ideia de direito à educação esteve diretamente ligada ao acesso à escola. Mais recentemente, no entanto, tem ficado claro que esse direito abrange também a qualidade da oferta – o direito à aprendizagem na idade adequada.

De acordo com o senso comum, o ensino público era bem melhor no passado. Mas, na realidade, essa escola de antes foi restrita a poucos: na década de 1940, por exemplo, menos de um terço das crianças tinha acesso ao fundamental.

O movimento pela universalização ganhou força nas décadas de 1960 e 1970. Nessa época, a escola passou a abrigar uma população mais diversa, trazendo para a sala de aula as diferenças – e dificuldades – características da sociedade.

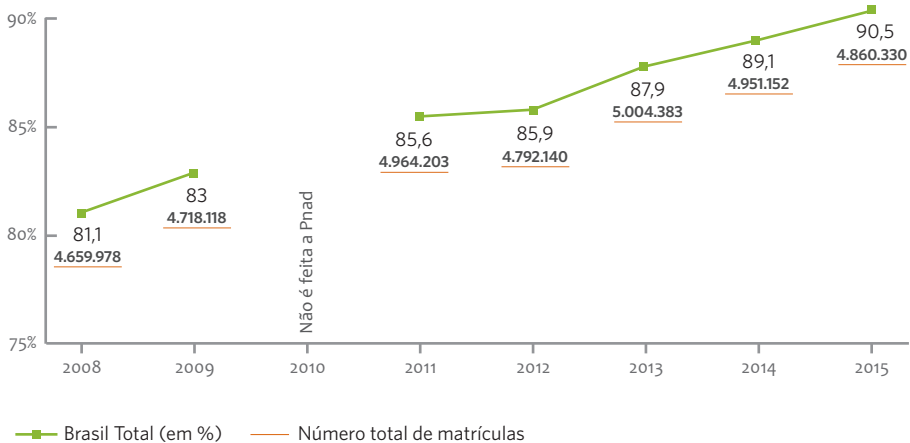
Em 2017, 99,2% da população de 6 a 14 anos estava matriculada na escola, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas outras etapas, o desafio é bem maior. Há cerca de 440 mil crianças de 4 e 5 anos e 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da sala de aula.

CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NA CRECHE – BRASIL



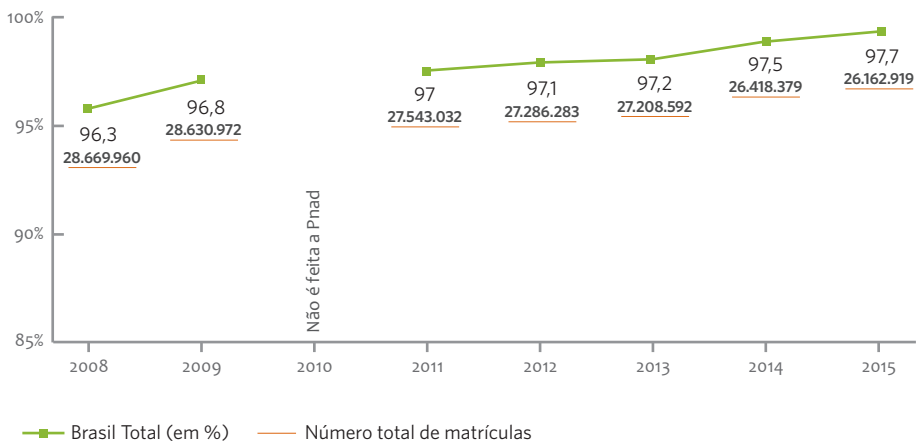
Fonte: Pnad IBGE – Elaboração Todos Pela Educação

CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS NA PRÉ-ESCOLA – BRASIL



Fonte: Pnad IBGE – Elaboração Todos Pela Educação

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL

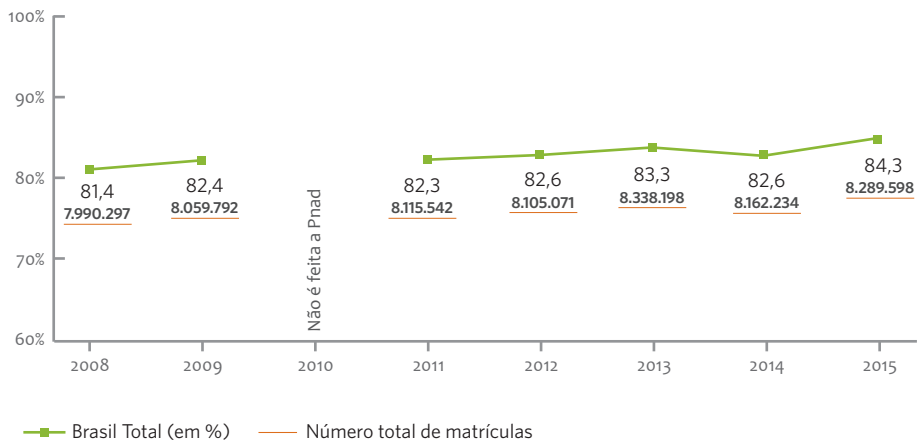


Fonte: Pnad IBGE – Elaboração Todos Pela Educação

Taxa de atendimento é o percentual da população de uma determinada faixa etária matriculada na escola, independentemente da série ou etapa que frequenta.

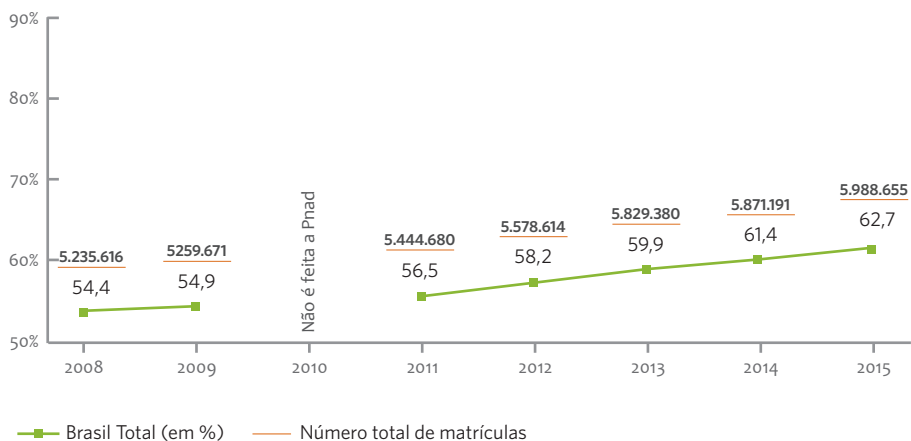
Taxa líquida de matrícula é o percentual da população de uma determinada faixa etária matriculada especificamente na série ou etapa considerada a adequada para a sua idade.

ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS NA ESCOLA – BRASIL (taxa de atendimento)



Fonte: Pnad IBGE – Elaboração Todos Pela Educação

TAXA DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS NO ENSINO MÉDIO – BRASIL (taxa líquida de matrícula)



Fonte: Pnad IBGE – Elaboração Todos Pela Educação

Na última década, foi intensificado também o esforço de inclusão no ensino superior, com aumento de vagas na rede pública e oferta de bolsas e financiamentos na rede privada, em programas como o Programa Universidade para todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Outro destaque foi a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que prevê reserva de 50% das vagas no ensino superior federal para alunos da escola pública, com proporção de pretos, pardos e indígenas equivalente à demografia de cada estado.

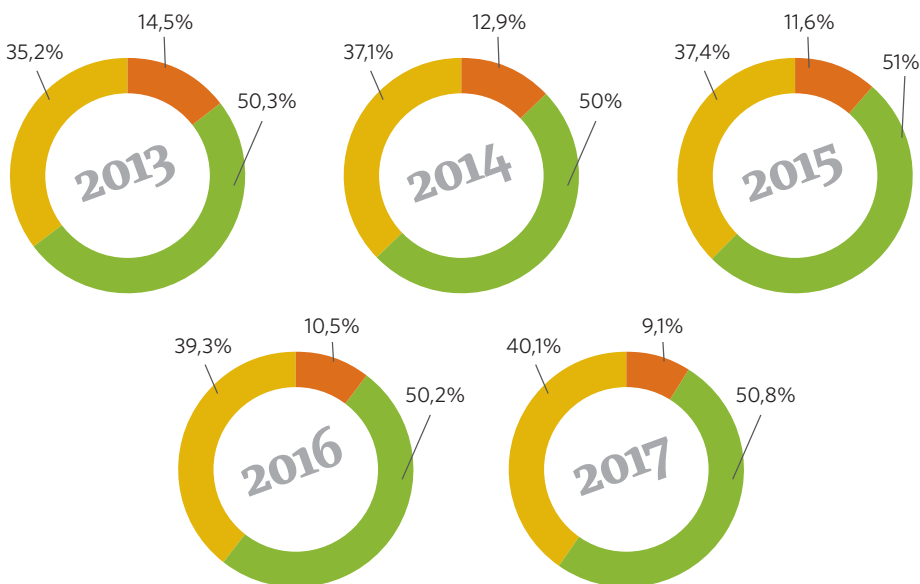
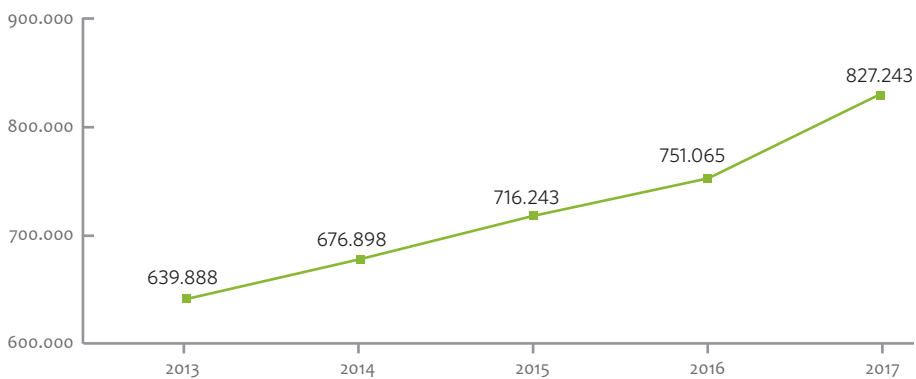
A média de anos de escolaridade, um dos mais aceitos indicadores internacionais de desenvolvimento social, tem **aumentado** no país. Em **2017**, por exemplo, um brasileiro com mais de **25 anos** tinha, em média, **9,1 anos** de estudo. Em 2002, essa taxa era de 8 anos.

Educação especial

A lei brasileira prevê a inclusão das crianças e jovens com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação preferencialmente na rede regular de ensino. A matrícula em classes regulares de qualquer escola pública ou privada é um direito dos alunos com necessidades especiais, previsto no artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Segundo a lei, os colégios devem ainda oferecer os recursos necessários para o bom atendimento desses jovens e crianças e não poderão fixar limites para alunos com necessidade especial por turma ou escola. Nos últimos anos, tem havido aumento da presença desses alunos em classes regulares.

ATENDIMENTO EDUCAÇÃO ESPECIAL – ALUNOS DE 4 A 17 ANOS



- Classe especial
- Incluído em classe comum sem atendimento educacional especializado
- Incluído em classe comum com atendimento educacional especializado

Fontes: Censo Escolar/MEC

Fluxo

Para medir a qualidade do sistema de ensino, normalmente são considerados dois eixos principais. O primeiro é o fluxo, traduzido pela razão entre a entrada e a saída de alunos de uma etapa escolar no tempo esperado. O segundo é a aprendizagem efetiva, ou seja, os conhecimentos e habilidades previstos para cada faixa etária.

Historicamente, o fluxo é um dos problemas mais graves da educação brasileira. Se entram 100 alunos no 1º ano do fundamental, espera-se que, ao fim de 12 anos, 100 alunos concluam o ensino médio. Se isso não acontece é porque os estudantes foram reprovados em uma ou mais séries, abandonaram a sala de aula antes de concluir o ano letivo, ou evadiram - não retornaram para a escola no ano letivo seguinte.

Isso torna o sistema caro e pouco eficiente. Já o aluno atrasado perde a turma de referência e desenvolve um sentimento de fracasso. O repetente é considerado ainda mais propenso a abandonar o colégio. Além disso, pesquisas têm mostrado que a reprovação não garante aprendizagem nem sucesso escolar.

O Brasil ainda tem taxas elevadas de atraso escolar, a chamada **distorção idade-série**. Para enfrentar esse problema, uma saída tem sido a progressão continuada, sistema que reduz ou elimina as possibilidades de repetência de ano. Esse formato é adotado por países com bons indicadores educacionais, como Japão e Coreia do Sul. Não deve significar, porém, uma aprovação automática: o objetivo é que o aluno seja acompanhado e avaliado ao longo dos anos.

FLUXO – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Brasil e regiões – 2007–2016 (em %)

| Ensino fundamental | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 27,7 | 22,1 | 23,3 | 23,6 | 22,9 | 22,0 | 21,0 | 20,0 | 19,2 | 18,6 |
| Norte | 40,9 | 29,2 | 33,2 | 34,8 | 34,2 | 32,9 | 31,3 | 29,8 | 28,3 | 27,0 |
| Nordeste | 40,1 | 28,3 | 31,6 | 32,7 | 31,6 | 30,3 | 28,9 | 27,5 | 26,3 | 25,2 |
| Sudeste | 17,4 | 16,4 | 15,9 | 15,5 | 15,0 | 14,6 | 14,0 | 13,2 | 12,7 | 12,5 |
| Sul | 18,1 | 17,7 | 17,9 | 17,8 | 17,4 | 16,6 | 16,2 | 16,1 | 15,9 | 15,5 |
| Centro-Oeste | 25,4 | 22,4 | 21,6 | 21,3 | 20,3 | 19,4 | 17,9 | 16,5 | 15,8 | 15,2 |

| Ensino fundamental – Anos iniciais | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 22,6 | 17,6 | 18,6 | 18,5 | 17,8 | 16,6 | 15,4 | 14,1 | 13,2 | 12,4 |
| Norte | 36,7 | 26,1 | 29,8 | 30,7 | 29,5 | 27,4 | 25,3 | 23,0 | 22,3 | 19,9 |
| Nordeste | 33,9 | 24,2 | 26,6 | 26,6 | 25,3 | 23,5 | 21,8 | 19,9 | 18,6 | 17,4 |
| Sudeste | 12,6 | 11,6 | 11,0 | 10,6 | 10,3 | 9,9 | 9,2 | 8,5 | 8,1 | 7,8 |
| Sul | 12,0 | 11,6 | 11,6 | 12,0 | 12,2 | 11,3 | 10,7 | 9,9 | 9,2 | 8,8 |
| Centro-Oeste | 18,9 | 16,2 | 15,8 | 15,0 | 14,4 | 13,5 | 12,5 | 11,2 | 10,4 | 9,8 |

| Ensino fundamental – Anos finais | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 34,0 | 27,4 | 28,9 | 29,6 | 28,8 | 28,2 | 27,5 | 27,3 | 26,8 | 26,3 |
| Norte | 47,5 | 34,0 | 38,1 | 40,7 | 40,8 | 40,5 | 39,6 | 39,3 | 38,3 | 37,6 |
| Nordeste | 48,3 | 36,7 | 38,0 | 40,4 | 39,5 | 38,6 | 37,5 | 36,9 | 36,0 | 35,0 |
| Sudeste | 23,1 | 21,9 | 21,5 | 21,0 | 20,2 | 19,6 | 19,1 | 18,7 | 18,3 | 18,3 |
| Sul | 24,9 | 24,2 | 24,5 | 23,8 | 23,0 | 22,8 | 23,0 | 24,0 | 24,3 | 23,5 |
| Centro-Oeste | 32,8 | 29,7 | 28,3 | 28,5 | 27,2 | 26,5 | 24,5 | 23,1 | 22,4 | 21,9 |

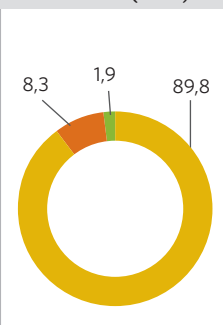
| Ensino médio | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 42,5 | 33,7 | 34,4 | 34,5 | 32,8 | 31,1 | 29,5 | 28,2 | 27,4 | 28,0 |
| Norte | 60,5 | 44,4 | 48,5 | 50,0 | 48,3 | 47,0 | 45,2 | 44,1 | 42,8 | 41,9 |
| Nordeste | 59,5 | 40,5 | 45,1 | 46,6 | 44,0 | 41,8 | 39,4 | 38,0 | 36,5 | 36,1 |
| Sudeste | 31,1 | 28,4 | 26,4 | 26,2 | 24,9 | 23,0 | 21,6 | 20,5 | 19,4 | 20,7 |
| Sul | 28,4 | 27,4 | 25,9 | 24,6 | 23,6 | 23,3 | 22,6 | 21,7 | 22,4 | 24,3 |
| Centro-Oeste | 39,5 | 34,4 | 33,9 | 33,2 | 31,1 | 30,5 | 29,0 | 27,7 | 27,0 | 27,4 |

Fontes: Inep/MEC

No Brasil, há resistência à progressão continuada entre uma parcela das famílias e dos professores. Isso se deve a uma ideia de que as lacunas de aprendizagem são responsabilizadas do aluno, desconsiderando as deficiências dos sistemas de ensino. Outro motivo são as falhas na execução de boa parte das políticas de progressão continuada, que ignoraram as ações complementares, como o reforço ao longo do ano letivo.

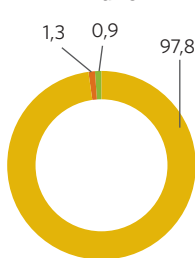
FLUXO – TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO – BRASIL
Ensino fundamental

Total – 2016 (em %)

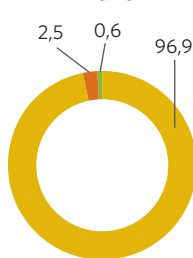


Por ano – 2016 (Em %)

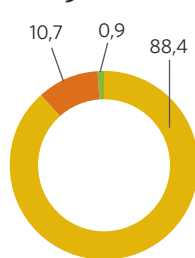
1º ano



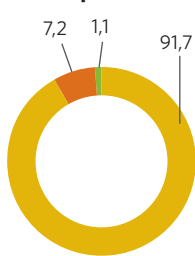
2º ano



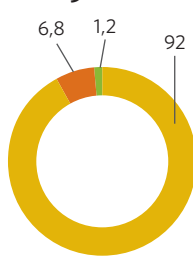
3º ano



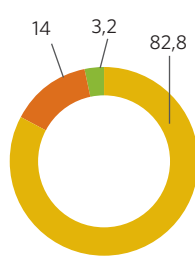
4º ano



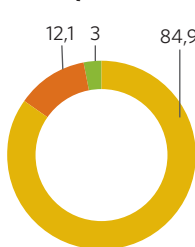
5º ano



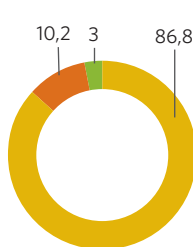
6º ano



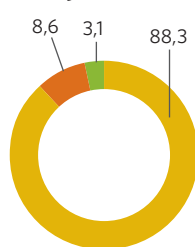
7º ano



8º ano

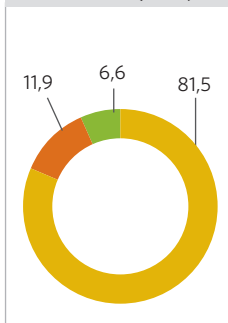


9º ano



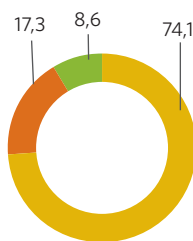
FLUXO – TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO – BRASIL
Ensino médio

Total – 2016 (em %)

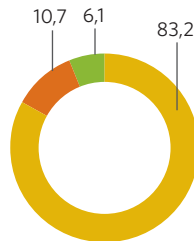


Por ano – 2016 (Em %)

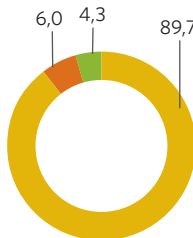
1º ano



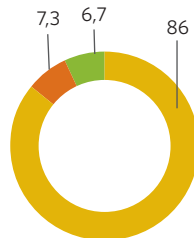
2º ano



3º ano



4º ano



- Aprovação
- Reprovação
- Abandono

Fontes: Censo Escolar/ MEC, Pnad/IBGE e Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018

Desigualdades

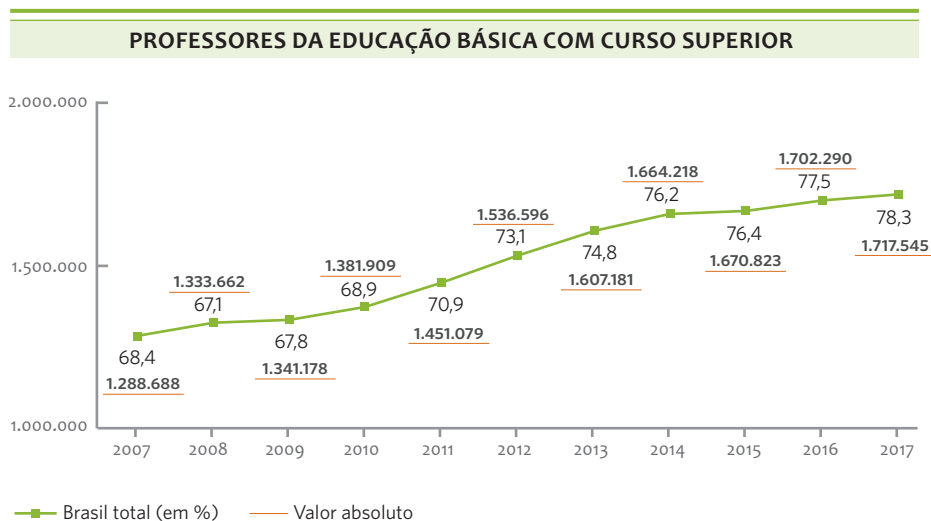
Não adianta o progresso de um sistema de ensino, se ele não funciona para todos. Os desníveis de acesso e qualidade se refletem em vários recortes do sistema educacional. Embora os esforços para combater o problema ainda sejam insuficientes, a exposição dos dados tem contribuído para o desenho de políticas afirmativas e estratégias específicas de equalização de oportunidades. Veja alguns exemplos dessas disparidades:

- Entre os brasileiros com idade superior a 15 anos, há 11,5 milhões de analfabetos, uma taxa de 7,0%. Entre os brancos, esse índice é de 4,0% e, no grupo de pretos e pardos, é de 9,3%;

- Enquanto no Distrito Federal a média é de 11,4 anos de estudo para as pessoas com mais de 25 anos, em Alagoas esse valor recua para 6,9;
- O estado de São Paulo dispõe, em média, de 91% mais recursos por aluno que o Maranhão
- No Sudeste do país, 56,31% das crianças de 8 anos têm nível suficiente de leitura (o que significa ser capaz, por exemplo, de entender a relação de causa e consequência em uma tirinha ou anedota); já na região Norte, são apenas 29,79% dos alunos nessa faixa etária com desempenho acima do adequado;
- Em matemática, 57,3% das crianças do Sudeste têm nível suficiente (o que significa, por exemplo, reconhecer frequências iguais em um gráfico de colunas); na mesma medição, o índice é de 29,35% no Norte;
- Só 11,5% das escolas de ensino fundamental têm laboratório de ciências, e em um terço dos colégios do país que oferece essa etapa não existe acesso à internet. Em 6,1% das unidades de ensino fundamental, não há sistema de esgotamento sanitário.

Entre os fatores que explicam as desigualdades educacionais, estão as lacunas na formação de professores do país. Segundo especialistas, os cursos têm formação teórica excessiva e pouca ênfase na prática de sala de aula. Não basta, entretanto, pensar apenas nos professores que ainda vão se formar. É necessário garantir oportunidades de formação continuada, de conteúdo e formato conectados à realidade docente.

Há ainda um entendimento comum sobre a necessidade de se valorizar o magistério, com salários e planos de carreira mais atrativos. Um docente da rede pública, por exemplo, ganha o equivalente a 52,5% da remuneração de outros profissionais com nível superior. Embora o país tenha estabelecido uma política de correção salarial (a Lei 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso), nem todos os estados e municípios cumprem os valores previstos por essa norma.



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Avaliação

Avaliações de larga escala têm sido usadas pelo poder público para aferir a qualidade dos sistemas de ensino e estabelecer metas. Assim como os dados de escolarização, as avaliações mostram que as disparidades educacionais são mais profundas quando se referem às populações de pretos e pardos, aos mais pobres e aos que vivem no campo.

Desde o início do sistema de avaliação nacional, o país tem mostrado avanço nos anos iniciais do fundamental, o que não se traduziu em melhora automática no segundo ciclo da etapa, com indicadores estagnados. O quadro mais crítico é o do ensino médio, que vai passar por ampla reforma nos próximos anos (saiba mais na página 37). Em 2018, o Ministério da Educação (MEC) está elaborando também um sistema para avaliar as condições de oferta da educação infantil, mas o formato ainda não foi divulgado.

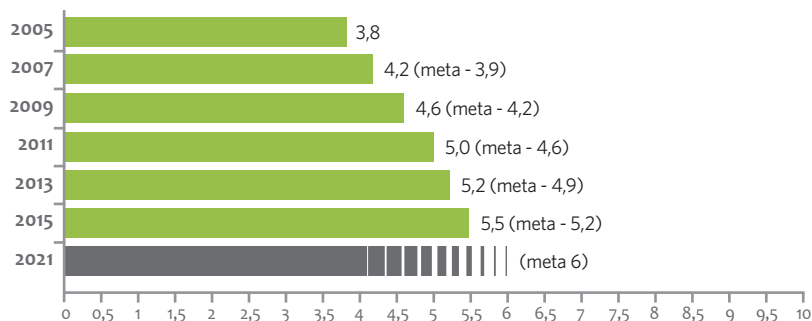
Conheça os principais indicadores e avaliações:

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou Prova Brasil - O exame é censitário, ou seja, inclui todos os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública. Desde 2017, também passou a ser censitário para todos os alunos do 3º ano do ensino médio público (as escolas privadas participam por adesão). A prova, feita a cada dois anos, mede a proficiência em Matemática e Português, além de dirigir questionários a professores e diretores, cujos resultados são importantes para construir políticas públicas. Além da Prova Brasil, o MEC realiza uma prova amostral para alunos do fundamental, a **Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)**. Esses exames compõem o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**.

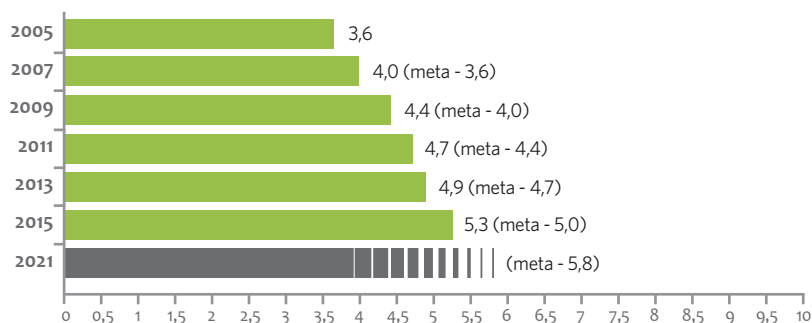
Ideb – Em 2007, o MEC criou o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, que se tornou o principal indicador de qualidade do ensino do país. Com nota que vai de 0 a 10, é calculado por dois componentes. Um deles é o fluxo (aprovação e repetência). O outro é a proficiência dos alunos, medida pelo Saeb. O MEC fixou metas de crescimento do Ideb – ou seja, determinou índices que devem ser alcançados em um período de tempo – para cada escola e rede de ensino até 2021. O Ideb é separado por anos iniciais (1º ao 5º) e finais (6º ao 9º) do fundamental e ensino médio. Em algumas redes locais há sistemas de avaliação semelhantes, como o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), em São Paulo.

Evolução de nota do Ideb

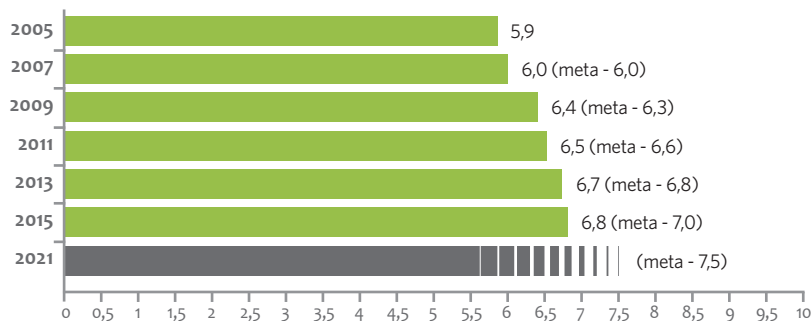
NOTA GERAL – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º)



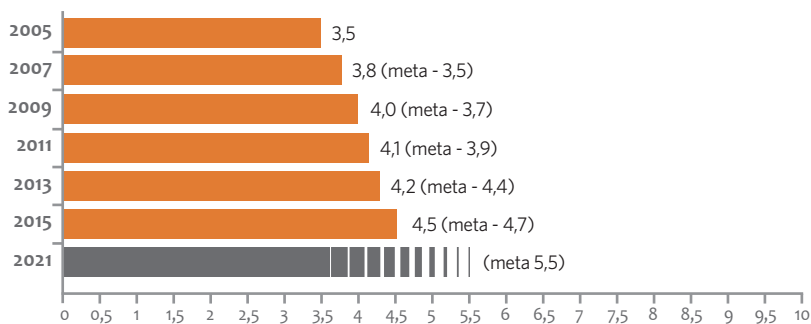
NOTA REDE PÚBLICA – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º)



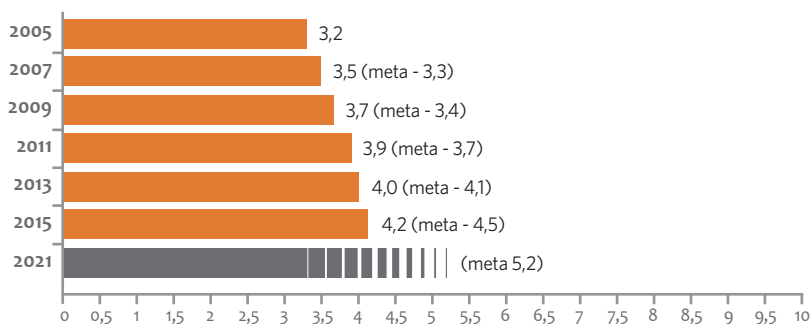
NOTA REDE PRIVADA – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º)



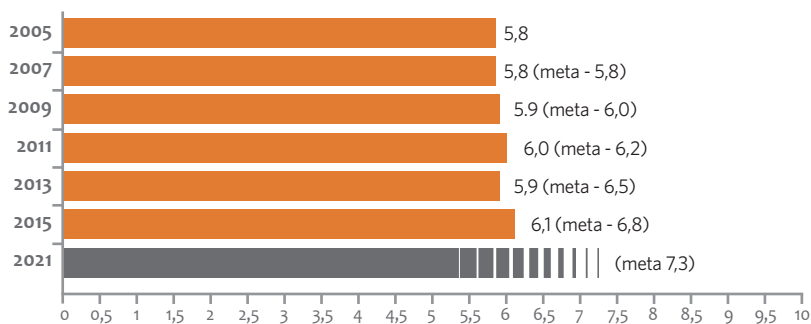
NOTA GERAL – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º ao 9º)



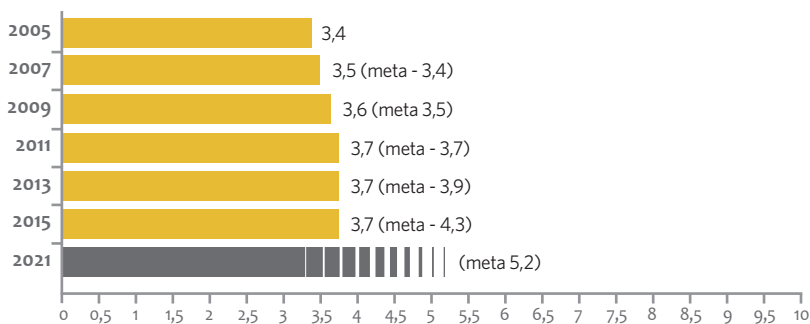
NOTA REDE PÚBLICA – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º ao 9º)



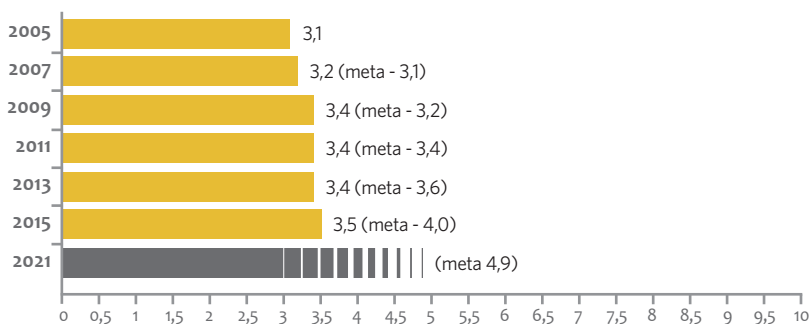
NOTA REDE PRIVADA – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º ao 9º)



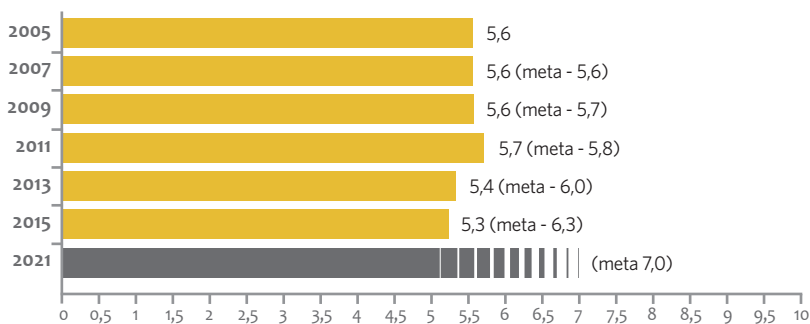
NOTA GERAL – ENSINO MÉDIO



NOTA REDE PÚBLICA – ENSINO MÉDIO

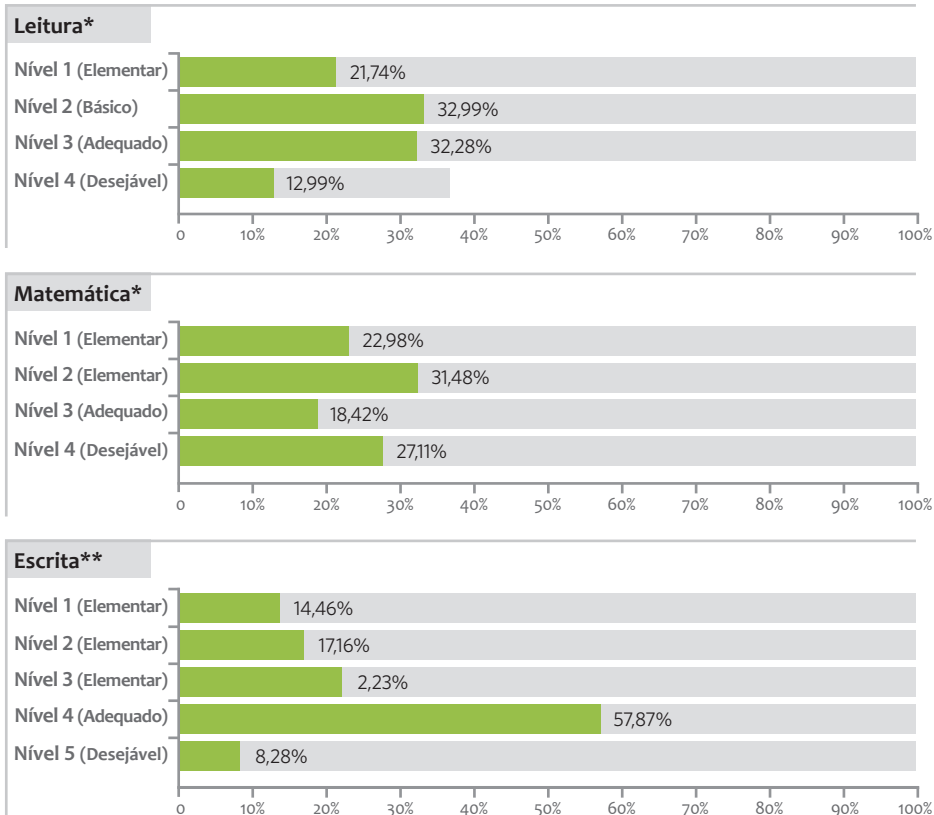


NOTA REDE PRIVADA – ENSINO MÉDIO



ANA – Para avaliar o desempenho dos alunos na fase inicial da educação básica, o MEC passou a aplicar, em 2013, a **Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)**. A prova é censitária, portanto, aplicada para todos os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental (crianças de 8 anos). Mede os níveis de alfabetização, letramento e conhecimento de Matemática. Foi aplicada em 2013, 2014 e 2016. A Provinha Brasil, exame que era aplicado aos alunos do 2º ano, está suspensa pelo MEC.

DESEMPENHO ANA 2016 (ALUNO DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL)



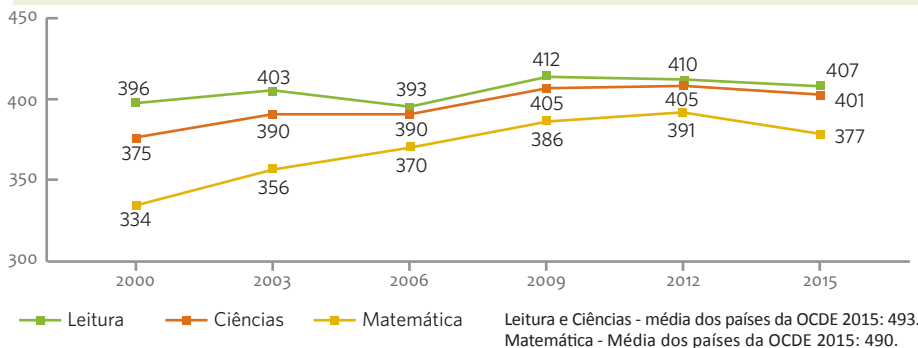
*Níveis 1 e 2 são considerados insuficientes pelo MEC

** Níveis 1, 2 e 3 são considerados insuficientes pelo MEC

Enem – O **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** foi criado em 1998 para avaliar as competências dos alunos no fim da educação básica. Anual e de caráter voluntário, tinha poucos participantes no início. Ao longo dos anos, a prova teve diversos ajustes, mas a maior mudança foi em 2009, quando passou a ser usada por universidades como parte ou todo o processo seletivo para o ensino superior. Os desafios e dificuldades de organização do exame, como a logística de aplicar o teste para milhões de inscritos em todo o país, têm sido tema de diversas reportagens. Suspeitas e algumas confirmações de fraudes aparecem a cada edição. Até 2017, o MEC apresentava um resultado do Enem por escola, usado pelos próprios colégios e pelas famílias de alunos como parâmetro de qualidade. Agora, a ideia é usar o Saeb como instrumento de avaliação na etapa.

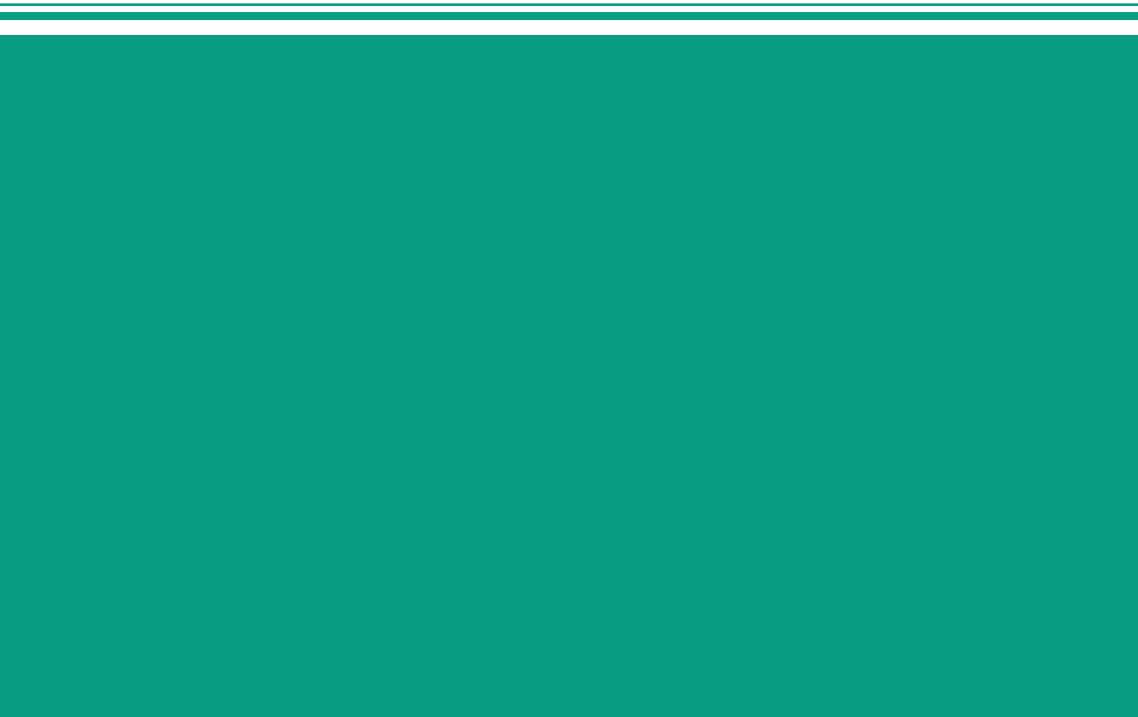
Pisa – Avaliação feita a cada três anos pela **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**, o **Pisa** (sigla em inglês de **Programme for International Student Assessment**) envolve países-membros e convidados da entidade, entre eles o Brasil. A prova mede habilidades dos estudantes de 15 anos em Leitura, Ciências e Matemática. Apesar do avanço gradual, o Brasil ainda está entre as últimas colocações no *ranking* mundial.

DESEMPENHO MÉDIO EM MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E LEITURA NO PISA – BRASIL – 2000-2015



Fontes: MEC/Inep/DEED - PISA

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) – De participação voluntária, o Enceja é destinado a jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior que não concluíram os estudos na idade considerada adequada e querem certificar conhecimentos para obter diploma de ensino fundamental ou médio.



3

Trajectoria e aprendizagem

Base curricular

E como saber o que o aluno deve aprender em cada etapa da escola? Pela primeira vez, o país terá uma base curricular que define os conhecimentos e habilidades essenciais a serem adquiridos da educação infantil ao ensino médio por todas as crianças e adolescentes das redes pública e privada.

A Constituição de 1988 já previa um mecanismo desse tipo. Desde então, houve documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mas que eram menos detalhados e não traziam um roteiro do que deveria ser trabalhado ano a ano. Só em setembro de 2015, o MEC apresentou a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para consulta pública.

O texto, que recebeu contribuições da sociedade e foi centro de intensos debates, passou por ajustes e foi homologado em dezembro de 2017. Ao longo do processo, houve mudança no MEC com o impeachment de Dilma Rousseff, e o novo governo resolveu dividir o documento em duas partes. O texto aprovado servirá para a educação infantil e o fundamental. Já a segunda parte, ainda em debate na época da finalização deste guia, vai se dedicar ao ensino médio.

A BNCC divide opiniões no campo educacional. Segundo parte dos especialistas, ajudará a reduzir desigualdades de aprendizagem. Países com alto desempenho educacional, como Canadá, Estônia e Austrália, adotam documentos do tipo, que ajudam no planejamento pedagógico, na avaliação de políticas públicas e evita a descontinuidade nas propostas de ensino.

Hoje, cada escola ou rede define o que o aluno aprende em uma série ou outra. Com a Base, famílias, professores e estudantes saberão qual aprendizagem é prevista em cada etapa, independentemente do colégio ou região.

Já outra parte dos especialistas aponta risco de perda

A **BNCC** não é currículo, mas uma **referência obrigatória** para que as redes e escolas elaborem seus próprios currículos. Também não determina como o professor deve ensinar, mas define os **objetivos de aprendizagem**

de autonomia do professor. Entre as principais polêmicas sobre a BNCC aprovada, estão a antecipação do prazo para alfabetizar as crianças do 3º para o 2º ano, além da inclusão de uma área específica para o ensino religioso e a retirada das discussões de gênero e sexualidade.

Segundo o MEC, cerca de 60% do conteúdo de cada uma das etapas é definido pela Base. O restante é estabelecido pelas redes e escolas, seguindo as especificidades locais (um colégio gaúcho pode dedicar mais tempo das aulas de História ao estudo da Revolução Farroupilha, por exemplo).

A expectativa é que, na prática, a BNCC chegue às salas de aula até 2020. Deficiências na formação dos professores e as dificuldades técnicas para que as redes criem seus próprios currículos estão entre os desafios para que o documento seja implementado.

Já a base do ensino médio, ainda em debate, terá apenas Português e Matemática como disciplinas obrigatórias. Os demais conteúdos, como Química e Geografia, vão aparecer dentro de áreas de conhecimento, de modo interdisciplinar. O formato está de acordo com a reforma do ensino médio, aprovada pelo governo federal em 2017, que prevê flexibilização da carga horária da etapa.

Reforma do ensino médio

Considerado o principal gargalo da educação básica brasileira, o ensino médio vai mudar completamente de cara nos próximos anos. Em 2017, o governo federal instituiu, via medida provisória (que depois virou a Lei 13.415/2017), uma reforma dessa etapa escolar que prevê flexibilizar o percurso do estudante.

Segundo o MEC, o objetivo é tornar o ensino médio menos engessado – o formato até então em vigor tem 13 componentes curriculares obrigatórios – e mais conectado aos interesses do aluno. Pela nova proposta, o conteúdo obrigatório vai ocupar 60% da carga horária. O restante será preenchido por itinerários formativos.

Os percursos optativos podem ser o aprofundamento de estudos de uma área, como Linguagens ou Ciências da Natureza, ou um curso profissionalizante, à escolha do aluno. Cada rede ou escola terá autonomia na oferta desses itinerários, desde que aprovados pelo Conselho de Educação local.

A opção pela reforma via medida provisória foi alvo de fortes críticas de estudantes e professores, que se queixaram de falta de debate prévio sobre a proposta. Como protesto, houve uma onda de ocupações em várias escolas do país. O MEC justificou que a reforma do ensino médio era uma medida urgente e vinha sendo debatida há anos no Congresso.

O governo federal acredita que a reforma deva ser implementada nas escolas a partir de 2019. Vestibulares, como o Enem, também devem sofrer ajustes por causa da reforma. Segundo especialistas, colocar a mudança em prática será uma tarefa complexa e há riscos de se agravarem as desigualdades.

Com múltiplos formatos, redes e colégios de áreas mais pobres podem apresentar dificuldades de ter um cardápio diversificado e de qualidade, esbarrando em problemas como a infraestrutura precária e a falta de profissionais preparados para oferecer a carga horária optativa. Outra dúvida é se o aluno do ensino médio terá maturidade e orientação suficientes para escolher parte de suas disciplinas ao longo do curso.

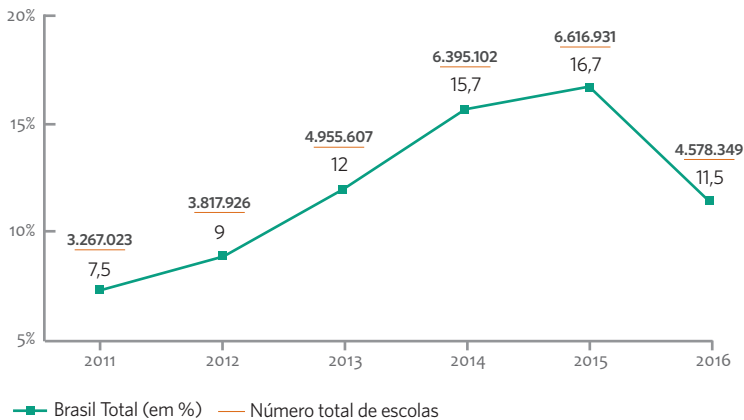
Educação integral

O engano é comum, mas educação integral não implica apenas oferecer aulas no contraturno ou aumentar o número de horas na escola. Envolve proporcionar múltiplas oportunidades de aprendizagem ao aluno, por meio de arte, ciência, cultura, esporte e tecnologia. O objetivo é que o jovem se desenvolva em suas dimensões física, intelectual, emocional e social.

Para isso, as atividades precisam ser bem planejadas, alinhadas ao projeto político pedagógico da escola, e o aumento da carga horária é uma estratégia para facilitar esse trabalho. No Censo Escolar, o MEC considera como unidades de tempo integral aquelas em que a jornada diária é igual ou superior a sete horas.

Nos últimos anos, o país tem aumentado a quantidade de matrículas em escolas de tempo integral. Com a reforma do ensino médio, o MEC criou um programa de investimento que prevê elevar o total de escolas de jornada ampliada nessa etapa.

MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA



Fontes: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

Outra proposta da reforma do ensino médio é facilitar o ingresso dos adolescentes em cursos de formação para o mercado de trabalho enquanto terminam a educação básica. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é triplicar a quantidade de matrículas de educação profissional técnica até 2024, em relação ao primeiro ano de vigência do plano. Isso equivale alcançar cerca de 5,22 milhões de alunos nessa modalidade.

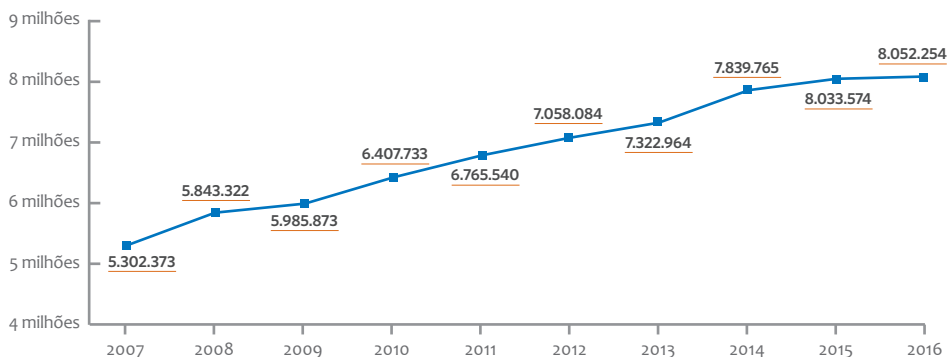




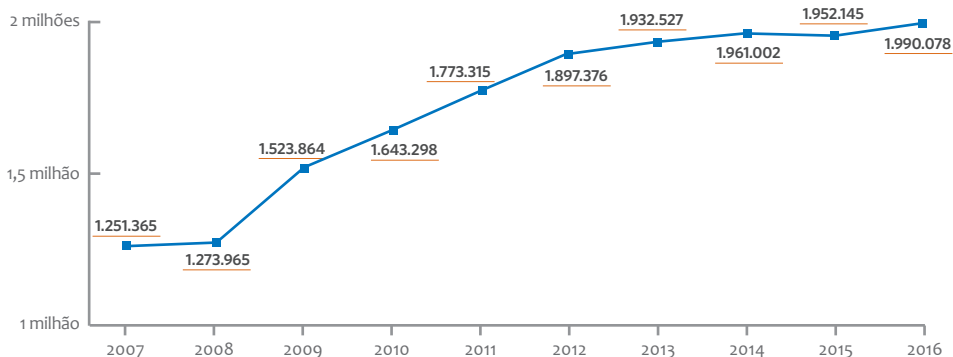
Da escola para a universidade

Desde o final da década de 1990, o país teve grande expansão de matrículas no ensino superior com foco principalmente na abertura de vagas no setor privado, que reúne cerca de 75,3% dos universitários, segundo censo de 2016 feito pelo MEC. Apesar disso, o acesso ainda é bastante restrito e desigual. Em 2017, apenas 23,2% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos frequentavam essa etapa de ensino, apontou a Pnad, do IBGE.

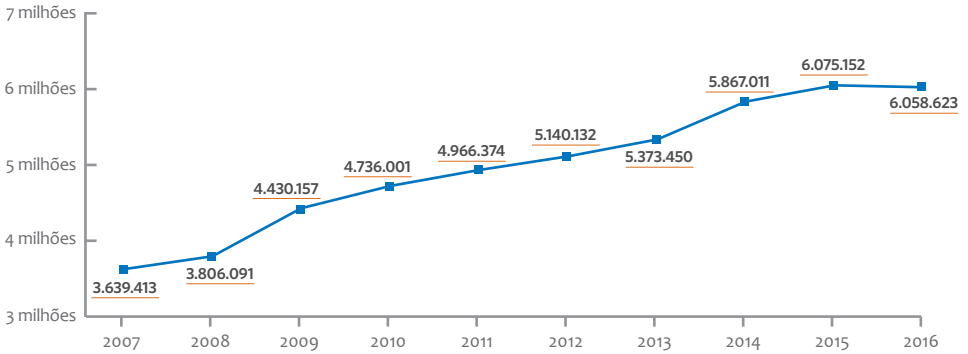
MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO



MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO - REDE PÚBLICA



MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO - REDE PRIVADA



Fontes: Censo da Educação Superior/MEC

O sistema de ensino superior público - que tem, em média, índices de qualidade mais altos do que nas instituições particulares - ainda oferece quantidade restrita de vagas.

Com isso, os processos seletivos das instituições públicas mais concorridas foram historicamente dominados pelos jovens de melhor poder aquisitivo, vindos de escolas privadas de ensino médio de qualidade, com maior repertório social e cultural proporcionado pelos pais e tempo para se dedicar aos estudos.

Para as famílias mais pobres, a opção pelos cursos particulares nem sempre é viável. Embora a graduação signifique incremento real de salário - a remuneração de um brasileiro com curso superior é praticamente o triplo do ganho de quem só concluiu o ensino médio -, a graduação em escola privada pode envolver dupla renúncia de recursos. Além do custo da mensalidade, a família precisa lidar com o sacrifício da renda não obtida pelo filho dedicado parcial ou integralmente aos estudos durante o período do curso.

Diante disso, o Brasil intensificou os esforços para democratizar o acesso nos últimos anos. E ao mesmo tempo que lida com a demanda da inclusão, o ensino superior enfrenta o desafio de elevar a qualidade e o protagonismo internacional. O país tem ampliado sua atuação em vários campos de pesquisa e elevado a produção acadêmica. Além disso, é o líder da América Latina em *rankings* universitários, com representantes como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Mas o desempenho brasileiro nessas avaliações ainda está distante do que se vê nos países desenvolvidos e até em colegas emergentes, como a China. A baixa internacionalização e a burocracia das instituições públicas – que dificulta contratações de docentes ou pesquisadores e limita salários ao teto do funcionalismo – são apontadas por especialistas como obstáculos para melhores resultados.

Particular como alternativa

Em meados da década de 2000, a rede federal viveu um processo de expansão, com a interiorização pelo país e o aumento de cursos noturnos. Em 2002, havia 45 universidades federais em 148 *campi*. Atualmente, são 63 instituições espalhadas em 321 *campi*.

Se contarmos toda a rede, o que inclui ainda 40 institutos federais/Cefets e quatro faculdades, a quantidade de matrículas saltou de 607,1 mil em 2006 para 1,2 milhão de alunos dez anos depois. Essa transformação, no entanto, também foi alvo de críticas, que apontavam um ritmo acelerado de crescimento sem estrutura e recursos humanos necessários. Mais tarde, com as recentes restrições orçamentárias do governo, parte das obras de ampliação ficou inacabada ou nem saiu do papel.

A adoção do Enem como vestibular em boa parte das instituições federais também facilitou o acesso. Com a nota do exame, o estudante pode concorrer a vagas em todo o país pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), plataforma digital do MEC criada em 2010 que reúne vagas no ensino superior público. Isso fez aumentar o número de opções para cada candidato, sem a necessidade de viagens longas ou de uma maratona de provas.

O aumento da rede pública, no entanto, não tem sido suficiente para absorver toda a demanda por vagas na universidade. Desde a década de 1970, o setor privado trocou de papel com o sistema público e passou a responder pela maioria das matrículas no ensino superior brasileiro. Nos últimos anos, o governo federal tem apostado na estratégia de inclusão pelas escolas particulares.

Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), em que universidades privadas oferecem bolsas integrais ou parciais a alunos de baixa renda em troca de renúncia fiscal. Entre 2005 e 2017, cerca de 3,2 milhões de bolsas foram concedidas nesse formato.

Outra grande aposta para alavancar o número de matrículas pela via particular foi o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Por essa linha de crédito, o governo federal custeia toda a mensalidade ou parte dela para o aluno, que só paga após concluir o curso.

Embora tenha sido criado em 1999, o Fies passou por grande reformulação em 2010, o que permitiu uma explosão na quantidade de contratos. Para isso, o MEC baixou os juros a um patamar menor do que a inflação, afrouxou a exigência de fiador e esticou o prazo de quitação da dívida.

O gasto federal com o programa disparou: o aumento foi de 13 vezes entre 2010 e 2014, chegando a R\$ 13,4 bilhões (em valor nominal). Nesse período, o número de novos contratos passou de 150 mil para 732 mil, numa soma de 1,9 milhão de financiamentos em quatro anos.

O ritmo de aumento de alunos nas instituições privadas, entretanto, não acompanhou a alta de gastos. Entre 2003 e 2009, a média anual de crescimento de matrículas nas escolas particulares foi de 5%. De 2010 a 2013, esse índice caiu para 3%.

Isso aconteceu porque muitas faculdades estimularam a adesão ao Fies entre alunos já matriculados. Como o MEC repassa a verba diretamente às instituições, o formato virou sinônimo de lucro certo aos empresários do setor: o risco de calote ficava com o governo e a dívida, com o universitário. Sem regras rígidas, também houve concessão de financiamentos a um público que não dependeria do programa e para graduações de baixa qualidade.

Com a crise fiscal brasileira, o Fies tem passado por sucessivos e severos ajustes desde o fim de 2014, o que reduziu o tamanho do programa. Foram adotados novos critérios, como a prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a redução da oferta de novos contratos. Segundo o governo, as restrições foram necessárias para garantir a sustentabilidade financeira da iniciativa.

Equidade no acesso

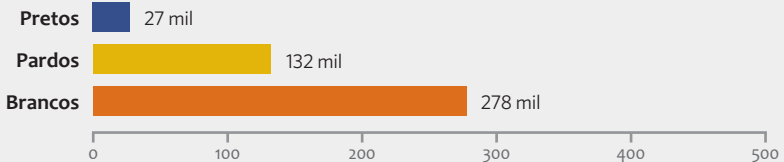
O ensino superior registrou aumento significativo de vagas, mas as turmas ainda não refletem a diversidade demográfica do país. Em 2017, quase um terço (32,9%) dos jovens brancos entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior. Já entre os pretos e pardos da mesma faixa etária, a taxa é de 16,7%.

Após pressão de movimentos por inclusão social e racial no ensino superior, foi aprovada a Lei de Cotas, que prevê reservar 50% das vagas no ensino superior federal para estudantes da rede pública – metade para aqueles com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e outra metade para os que têm renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo *per capita*.

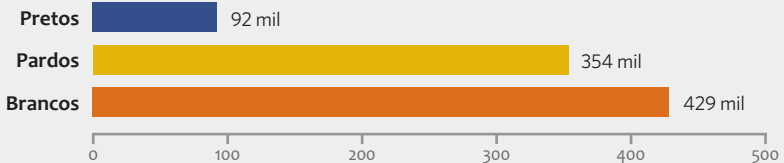
Dentro do grupo de cotistas, deve ser levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) em cada estado, segundo o censo mais recente do IBGE. Ou seja: como o estado de São Paulo tem 35% de PPI, essa proporção deve ser respeitada na reserva de vagas. De acordo com a lei, em dez anos deve ser promovida a revisão desse programa.

MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL POR RAÇA

2003



2014



Fonte: Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação – Andifes

Não foram só as universidades federais que reforçaram as políticas de inclusão. A Universidade Estadual Paulista (Unesp) já tem cota de metade das vagas para a rede pública, com 35% de PPI. A USP prevê chegar gradualmente ao mesmo formato até 2021. Já a Unicamp vai, a partir de 2019, separar 25% das vagas para PPI.

Ações afirmativas desse tipo também já foram adotadas em outros países, como Estados Unidos e Índia. Pelo Brasil, existem ainda políticas de reserva de vagas ou bônus no vestibular de acordo com a realidade local, como mecanismos de acesso para indígenas e quilombolas. Um dos principais desafios para o sucesso dessas políticas é o das estratégias de assistência estudantil, como a oferta de moradia, restaurantes universitários, além de bolsas e programas de reforço de conteúdo. A falta de suporte aos cotistas pode levar à dificuldade dos alunos de cursarem as graduações com qualidade e à evasão, provocando desperdício de recursos públicos.

A distância

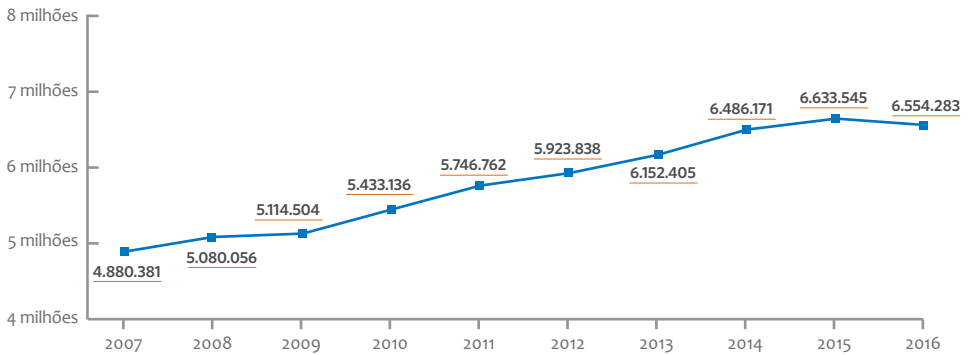
Coadjuvante até poucos anos atrás, a educação a distância (EAD) vem ganhando espaço no ensino superior brasileiro, em um cenário de avanço e popularização das tecnologias. Em 2006, a participação da EAD era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação. Uma década depois, atingiu 18,6%.

Em geral, cursos não presenciais atraem um público mais velho, já inserido no mercado de trabalho e que busca mensalidades mais baratas. O formato permite flexibilidade aos alunos e custos menores às instituições. Mais comum em áreas de Gestão, Pedagogia e nas licenciaturas, a EAD motiva reações contrárias de alguns especialistas e entidades de classe, que argumentam baixa na qualidade do ensino.

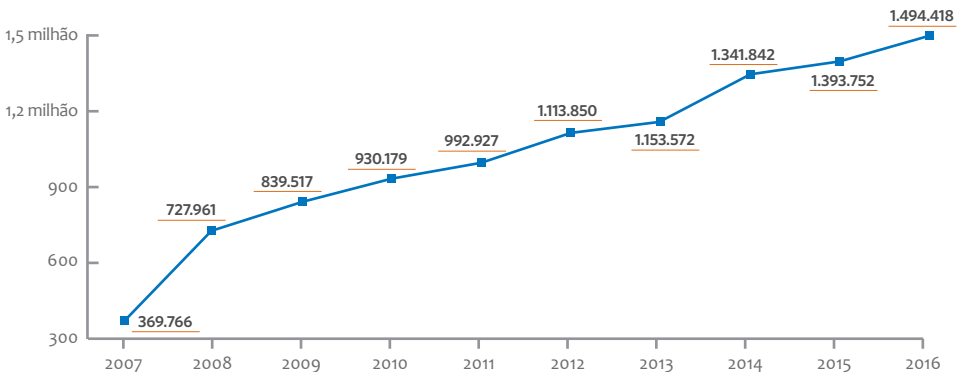
Em 2017, o MEC reduziu as exigências para a criação de polos EAD, como a eliminação da visita obrigatória ao *campus* da escola interessada, desde que cumpridos certos parâmetros de qualidade. A justificativa foi de diminuir a burocracia. Depois disso, o número de polos EAD mais que dobrou e houve maior capilarização da modalidade. Críticos, porém, apontam risco de queda no nível dos cursos e falta de fiscalização.

Nas graduações presenciais, as normas do Ministério permitem a oferta de até 20% da carga horária a distância. A EAD também é permitida no ensino médio, nos cursos técnicos e profissionalizantes e na educação de jovens e adultos.

MATRÍCULAS EM GRADUAÇÃO – PRESENCIAL



MATRÍCULAS EM GRADUAÇÃO – EAD





5

Bases legais da educação

LDB, PNE, Fundeb... A boa cobertura exige a compreensão de diferentes siglas pelas quais são conhecidas as leis e políticas públicas da educação. Além disso, é importante entender a estrutura do sistema educacional do país e suas fontes de financiamento.

Longa trajetória marca a progressiva conquista do direito à educação no Brasil, mas, para compreender o arranjo atual, um bom começo é consultar a Constituição Federal de 1988, que trata a questão como direito social.

Diz a Carta Constitucional, no artigo 205: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

Aprovada pela via democrática, a Constituição define a educação como pública e gratuita para todos, conquista social de vital importância e com consequências em todos os âmbitos de ensino. Para isso, não basta ter professor e escola, mas desenvolver um sistema de suporte ao aluno, como a oferta de merenda e de obras didáticas. Só em 2017, por exemplo, o MEC distribuiu 152,3 milhões de livros para os alunos do fundamental e do médio.

E a Constituição também está em constante mudança. Até pouco tempo atrás, a educação só era obrigatória para crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos. Depois de 2016, a emenda constitucional 59 passou a exigir a matrícula para a faixa entre 4 e 17 anos.

Apesar disso, existem mais de 1,7 milhão de crianças e adolescentes nas faixas etárias de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos fora da escola. É dever do Estado garantir a vaga e das famílias, a matrícula dos filhos. Se isso não for cumprido, são cabíveis sanções.

Responsabilidades divididas

A Constituição estabeleceu uma divisão de responsabilidades dos entes federativos para atendimento na educação. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996, a LDB), considerada a “Constituição” da educação, também detalha as atribuições no setor.

- Municípios – Devem atuar prioritariamente na educação infantil (creche e pré-escola) e no ensino fundamental, bem como na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Estados – Devem atuar, prioritariamente, no ensino médio;
- União – Deve atuar, prioritariamente, no ensino superior e educação profissional. Além disso, tem papel articulador e estabelece as regras nacionais para a atuação dos estados e municípios nesse setor, bem como oferecer assistência técnica e financeira para que haja qualidade e equidade na oferta de ensino.

No caso do ensino fundamental, em muitos estados convencionou-se que os municípios ficariam com os anos iniciais e os estados com os anos finais. A partir da década de 1990, ocorreu em várias regiões do país um movimento de municipalização do ensino, em que as redes estaduais passaram a delegar a administração das séries finais às prefeituras.

Em alguns locais do país, funcionam os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), instrumentos de gestão colaborativa entre os municípios. Esses instrumentos foram homologados em 2011 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

O CNE é um órgão independente, associado ao MEC. Entre suas funções, estão regulamentar diretrizes, garantir a participação da sociedade e assessorar o

Ministério no diagnóstico de problemas. O Conselho se manifesta por iniciativa própria ou quando é provocado sobre temas educacionais.

As manifestações do CNE, de caráter deliberativo e normativo, são apresentadas como resoluções e pareceres. O órgão é composto de duas câmaras: de Educação Superior e de Educação Básica, cada uma com doze membros escolhidos e nomeados pelo presidente da República para mandatos de quatro anos, com possibilidade de uma recondução.

Os secretários de Ensino Superior e de Educação Básica do MEC são integrantes natos do colegiado. Pelo menos metade dos nomes indicados para cada uma das câmaras deve ter como base consultas a entidades do campo educacional.

Há ainda conselhos estaduais e municipais de educação, que atuam na elaboração e avaliação de políticas públicas, além de autorizar e fiscalizar o funcionamento de instituições escolares. A composição desses órgãos varia de local para local e não há legislação que obrigue os municípios a terem seus próprios colegiados de educação. Segundo dados do IBGE, cerca de 85% das cidades brasileiras têm conselho municipal de educação.

Também foram criadas nos últimos anos instâncias de participação da sociedade no debate, como a Conferência Nacional de Educação, que aconteceu em 2010 e 2014, com nova edição prevista no fim de 2018.

De onde vem o dinheiro

Saber a origem das cifras que mantêm o ensino público é importante para entender as potencialidades e restrições do sistema. A Constituição assegurou um mínimo de investimento em educação nas diferentes esferas administrativas. O artigo 212 estabelece repassar para a educação:

- 25% do montante arrecadado por estados e municípios por meio dos impostos de base estadual e municipal, como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- 18% da arrecadação proveniente de impostos federais, como Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa verba financia as instituições federais, os programas educacionais (como merenda e livro didático) e complementa os investimentos de estados que não conseguem, com recursos próprios, atingir o valor mínimo nacional de investimento por aluno.

Há também o salário-educação, oriundo da cobrança de 2,5% dos salários pagos pelas empresas a seus funcionários, e que é dividido entre União, estados e municípios. E, ainda, 75% dos *royalties* arrecadados com a exploração do petróleo, do gás natural e do Fundo Social do Pré-sal, determinados pela Lei 12.858/2013.

A LDB previa medidas complementares, como a criação de um fundo cujos recursos serviriam para racionalizar os gastos educacionais e assegurar a superação dos chamados “atrasos históricos”, entre eles a universalização do ensino fundamental e o fim do analfabetismo.

Com duração de dez anos, foi criado em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), vinculando 60% dos recursos obrigatórios para essa etapa de ensino. Embora tenha sido eficiente para seus objetivos iniciais, o fundo foi alvo de ressalvas. Segundo parte dos especialistas, a concentração de recursos contribuiu para agravar os problemas em outras fases escolares, como a falta de vagas em creches e a precariedade no ensino médio.

Para corrigir essa limitação, em 2007 o Fundef passou a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), incluindo, então, a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos.

O Fundeb também tem prazo de validade. Até 2020, a sociedade terá de rediscutir os mecanismos de distribuição de recursos para os diferentes segmentos educacionais.

O Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005/2014) é a principal novidade dos últimos anos sobre regras de financiamento. Essa legislação prevê que, em 2024, o investimento público em educação pública seja equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

PNE: bússola para as ações

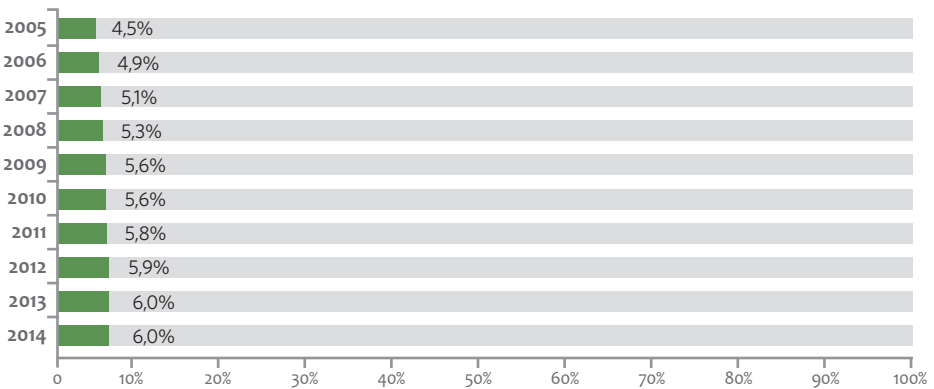
Na Constituição de 1988 e na LDB de 1996 ficou estabelecida a criação de planos decenais de educação. Esses documentos devem trazer diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período.

Na era pós-LDB, o primeiro PNE teve vigência entre 2001 e 2010. Especialistas afirmam que esse plano teve pouca eficácia por estabelecer grande número de metas (295, no total) e muito genéricas, sem indicadores de acompanhamento nem indicação de fontes de verba que permitissem o alcance dos objetivos. Além disso, a previsão de elevar o gasto público com o setor para até 7% do PIB foi vetada no ato de promulgação da lei.

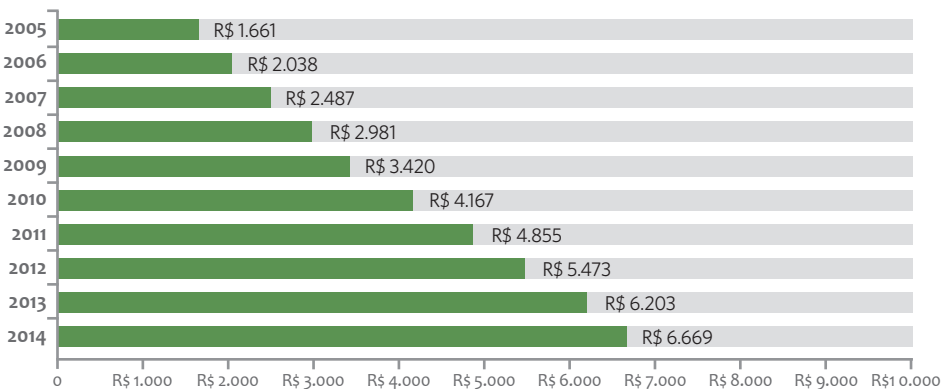
O atual PNE, por sua vez, tramitou quase quatro anos no Congresso Nacional, com grande participação da sociedade. O texto original, apresentado no fim de 2010, foi intensamente negociado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, até a aprovação no Legislativo e a sanção presidencial, em junho de 2014.

Diferentemente da versão anterior, o PNE atual tem 20 metas objetivas, abrangendo todas as etapas do ensino. A previsão de investir 10% do PIB em educação – pela União, pelos estados e pelos municípios – era considerada uma meta estratégica para o cumprimento das outras. O plano define que, até 2019, o percentual de gasto público com o setor deverá ser de 7% do PIB e, até 2024, de 10%.

INVESTIMENTO DIRETO EM EDUCAÇÃO – PIB



INVESTIMENTO DIRETO EM EDUCAÇÃO – POR ALUNO*



*Valores atualizados para 2014 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica

Se comparado aos outros países da OCDE, 10% será um dos percentuais mais altos de gasto na área. Mas enquanto o investimento brasileiro em proporção ao PIB já equivale ao de muitas nações europeias, o recurso anual por aluno ainda é menos da metade do que a média das nações que integram a OCDE. Isso acontece porque o Brasil ainda tem população jovem em maior proporção do que nações desenvolvidas e também porque o PIB *per capita* nesses países é bem mais alto do que o brasileiro.

Outro debate está ligado à desproporção da despesa pública com o ensino básico e o superior no Brasil. Em 2014, por exemplo, o investimento público com um universitário era cerca de 3,7 vezes maior do que com um aluno da educação básica.

Especialistas temem os efeitos negativos da crise econômica do país, iniciada no fim de 2014, no avanço dos investimentos no setor. Há também pressão para que a União amplie sua participação nos gastos em educação (hoje é de cerca de 20%).

Dois mecanismos estão ligados à meta de financiamento: o **Custo Aluno**
Qualidade Inicial (CAQi) e
Custo Aluno Qualidade (CAQ).

O primeiro visa a assegurar as **condições mínimas**
de funcionamento – como infraestrutura e recursos humanos
adequados – e o segundo, garantir o investimento permanente necessário para que se
alcançe um **padrão de qualidade** próximo ao de países
desenvolvidos. Esses instrumentos ainda **não** foram regulamentados pelo **MEC**.

Conheça as 20 metas do PNE:

- Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024.
- Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
- Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.
- Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.
- Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.
- Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do fundamental; 5,2 no ensino médio.

- Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre autodeclarados negros e não negros.
- Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- Meta 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
- Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.
- Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
- Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
- Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de for-

mação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LDB, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano de vigência do PNE.

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB) do país no 5º ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.



6

Dilemas da cobertura

Na hora de apurar ou fazer a matéria, é importante conhecer especificidades da cobertura jornalística sobre educação. Vale a pena ficar atento a alguns pontos:

• Fuja das generalizações

O estereótipo da escola pública ruim e do colégio particular como alternativa de qualidade. Na média das avaliações oficiais, a rede privada realmente supera a pública, mas ambos os sistemas atendem públicos bastante heterogêneos.

Além disso, pesquisas já provaram que há grande influência do nível socioeconômico do aluno no seu desempenho educacional. Outras armadilhas são enxergar toda escola como se fosse igual àquela em que estudamos e classificar o ensino público do passado como muito melhor do que o atual. Na realidade, a escola daquela época separava alunos com melhor e pior nota e atendia só uma pequena parte da população.

• *Rankings* e comparações

Rankings, como os de notas do Ideb e do Pisa, têm grande apelo nas coberturas jornalísticas. A vantagem da lista para a imprensa é imediata: atrai o leitor e permite uma visão comparativa.

Por isso, dificilmente deixarão de existir, apesar das críticas de especialistas e gestores. Mas é fundamental que os *rankings* incluam, com destaque, ressalvas e informações necessárias para sua interpretação.

Segundo especialistas, a comparação entre escolas e redes de diferentes contextos é inadequada, uma vez que o aluno de maior nível socioeconômico, por exemplo, tem mais chances de ir bem nos estudos. Para saber o quanto a escola contribui para o desempenho, seria necessário descontar esse fator.

As listas também desprezam, por exemplo, se há seleção de alunos ou criação de turmas de melhor desempenho. Em escolas que fazem vestibulinhos, como alguns dos colégios técnicos e de aplicação de universidades federais, já existe um filtro no ingresso, por exemplo.

As médias por rede ainda podem ocultar disparidades ou problemas localizados, como em uma área periférica ou na zona rural. Limitações das estratégias avaliativas também podem causar distorções. Uma escola que vai bem na Prova Brasil, por exemplo, pode ter privilegiado o ensino de Português e Matemática, mas desprezado outros conteúdos importantes para os alunos.

• Ilhas de excelência e destaques negativos

Um recurso recorrente na cobertura jornalística é dar visibilidade às “ilhas de excelência”, exemplos de escolas ou redes de ensino que conseguem avançar na aprendizagem e formação dos alunos. Recorrer a histórias inspiradoras é uma boa oportunidade para fugir das pautas quase sempre negativas e dar destaque às experiências exitosas.

Nesses casos, entretanto, recomenda-se cautela para não tomá-las como receitas prontas a ser replicadas, uma vez que as realidades são distintas e muito peculiares em cada localidade do país.

Vale chamar a atenção, ainda, para o fato de que a educação feita por “heróis” não costuma ter respaldo na realidade, embora seja um chamariz. Raramente um professor ou um diretor é o autor único de histórias de sucesso. Esses personagens, contudo, podem ser pontos de partida para abordar os diversos fatores.

Na outra ponta, estão os últimos colocados do *ranking*. É importante ponderar se compensa expor essas escolas, professores e alunos, muitas vezes em áreas de vulnerabilidade, sob o risco de reforçar preconceitos.

• **Série histórica e evolução**

Outro problema possível é a falta de perspectiva histórica na análise de dados. Como os processos em educação são lentos, séries estatísticas mais longas explicam melhor o contexto.

Uma escola ou rede pode ter uma nota ruim no Ideb, mas é importante saber se ela tem melhorado em relação aos últimos anos. Expansões significativas na oferta de ensino em tempo integral ou de vagas em creches, por exemplo, precisam ser analisadas também sob critérios de qualidade.

• **Pesquisas acadêmicas**

Pesquisas acadêmicas são essenciais para o debate educacional. Um dos pontos de partida é saber quem são os autores (já investigaram o tema em questão?) e sob qual viés o debate foi desenvolvido – trabalhos sob o viés da Pedagogia têm modelos metodológicos e referências teóricas diferentes daqueles da Economia.

Outra pista de interpretação é saber quem financiou a pesquisa para ponderar sobre informações divulgadas pelas partes interessadas (o que não significa, necessariamente, que o estudo é ruim).

Questionamentos metodológicos também são úteis. Qual é o tamanho da amostra e como foi escolhida? Houve testes e entrevistas padronizados ou desenvolvidos pelos próprios pesquisadores? Por qual período foi feito o acompanhamento? Como o resultado dialoga com os resultados de outras pesquisas semelhantes?

• **Pluralidade de vozes**

O embasamento com números e estatísticas é importante, mas conhecer os espaços de ensino e dialogar com os protagonistas dessas histórias, sem ficar preso a ideias preconcebidas, enriquecem a narrativa jorna-

lística. Um dos riscos da cobertura é se restringir a especialistas e fontes institucionais, como governos, sindicatos, universidades e organizações do setor.

Ao entrevistar crianças e adolescentes, certifique-se de que eles e os responsáveis sabem que estão falando com um jornalista e quais são os propósitos da conversa. Também é importante obter a permissão para entrevista, gravações e uso de imagem.

Na reportagem, evite descrições que exponham o entrevistado a perigo ou constrangimento e garanta checagem cuidadosa das informações repassadas por ele. Muitas vezes é melhor também evitar a identificação da família do aluno.

Dialogar com crianças enriquece e traz uma perspectiva diferente à apuração, mas nem sempre é fácil. Elas têm um modo próprio de entender a realidade e se expressar. Na conversa, cuidado para não induzir respostas, prejudicando a qualidade do diálogo.

• Fontes de dados oficiais

Censo Escolar – Produzido anualmente pelo MEC, traz informações como a quantidade de alunos, escolas e professores de todo o país.

Censo da Educação Superior – Também feito todos os anos pelo MEC, esse levantamento ajuda a entender o percurso de parte dos alunos após o fim do ensino básico.

Enem – Até agora, havia sido a avaliação mais abrangente para o ensino médio. Tem limitações para a medição de qualidade de uma escola ou sistema, por ser voluntário e não captar características além do conteúdo da prova, como formação cidadã.

Prova Brasil/Aneb – Além de reunir dados sobre o desempenho de alunos do ensino fundamental e do médio em Português e Matemática, os questionários aplicados a professores e diretores trazem informações relevantes sobre o ambiente escolar, como violência e infraestrutura.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – Divulgado anualmente pelo IBGE, esse levantamento permite o cruzamento de dados educacionais com outras variáveis sociodemográficas. Indica, por exemplo, o percentual de adolescentes fora da escola ou a taxa de analfabetos entre os adultos.

Lei de Acesso à Informação – Permite fazer solicitações de informações ou cruzamentos específicos para os órgãos públicos que não constam nas divulgações periódicas e padronizadas.

Education at a Glance – Publicação da OCDE que traz dados educacionais comparativos entre os países, como o número de estudantes por etapa, o gasto público por aluno, o tempo que os jovens passam em sala de aula, entre outros.

Sobre os parceiros desta publicação

Fundação Santillana

Constituída em 1979, a Fundação Santillana atua em prol da educação e da cultura no Brasil e na Ibero-América. Suas ações estão ligadas ao universo da educação, da informação e da edição, áreas sobre as quais tem elevado conhecimento graças à atuação dos grupos Santillana e Prisa, mantenedores da entidade. No Brasil desde 2001, a Fundação Santillana visa contribuir para o desenvolvimento educacional do país, fomentando diversas atividades que beneficiam estudantes, educadores e instituições educativas públicas e privadas. Promove e apoia cursos de formação, seminários e oficinas para professores e gestores, publica e divulga obras de referência nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais, além de estabelecer parcerias para a viabilização de projetos de incentivo à leitura, à cultura e à cidadania. A Fundação Santillana ainda mantém alianças estratégicas com organismos nacionais e internacionais que promovem iniciativas visando à melhoria da qualidade do ensino.

Editora Moderna

A Editora Moderna edita, publica e distribui livros didáticos, de literatura e materiais de apoio pedagógico desde 1968, sendo líder no mercado brasileiro. Em 2001, passou a integrar a Santillana, grupo editorial e de educação presente em 22 países. A missão da Moderna é contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural do país, com a oferta de conteúdos inovadores e de excelência para instituições de ensino públicas e privadas. A empresa investe constantemente em pesquisas e está na vanguarda em soluções educativas e recursos digitais para o aprimoramento da qualidade do ensino. Desde 2014, a Editora Moderna é uma das organizadoras dos seminários “Educação em pauta nas redações”.

Jeduca

A Jeduca foi fundada por jornalistas de educação para ajudar colegas que trabalham com o tema, todos os dias ou de vez em quando. Produz materiais que auxiliem os jornalistas na cobertura dos diversos temas dentro da área, como *newsletters*, guias, webinários, reportagens sobre bastidores de matérias, entre outros. A Jeduca também conta com o trabalho de uma editora pública, profissional que está disponível para ajudar, gratuitamente, repórteres do país todo em suas apurações. Para quem é associado, há uma rede com os jornalistas de educação, para troca de ideias e de informações. A Jeduca oferece ainda cursos de formação para profissionais já em atividade e para estudantes de jornalismo.

Produção editorial

Editora Moderna

Diretoria de Relações Institucionais

Luciano Monteiro

Karyne Arruda de Alencar Castro

Fundação Santillana

Direção

André Luiz de Figueiredo Lázaro

Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca)

Diretoria

Antônio Gois (presidente)

Fábio Takahashi (vice-presidente)

Renata Cafardo

Paulo Saldaña

Elisângela Fernandes

Mariana Tokarnia

Angela Chagas

Coordenação do guia

Renata Cafardo

Camilla Salmazi

Edição

Victor Vieira

Redação

Victor Vieira

Paulo de Camargo

Capa

Rafael Mazzari

Projeto gráfico/Diagramação

Rafael Mazzari

Revisão

Andrea Vidal

Impressão

ISBN 978-85-16-11474-9



9 788516 114749

Mesmo a educação sendo uma área estratégica para o desenvolvimento do país, ainda não recebe na imprensa brasileira a mesma atenção que os assuntos como política, economia e esportes. Também não há disciplinas de jornalismo de educação nas faculdades nem cursos financiados por veículos de imprensa.

A Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca) foi criada com a intenção de mitigar esses problemas e produzir materiais para informar e formar jornalistas, em qualquer meio de comunicação, que cobrem educação de forma rotineira ou esporádica.

É o caso deste guia, que tem o apoio da Editora Moderna e da Fundação Santillana. Ele traz informações e dados sobre a atual situação da educação brasileira para ajudar jornalistas na produção de suas reportagens.

Realização:



Fundação **Santillana**

